

**Agroecologia e Identidade Quilombola: a agroecologia na construção da identidade sociocultural da Comunidade Quilombola de Rincão dos Negros – Rio Pardo/RS**

*Agroecology and Quilombola Identity: the agroecology in the construction of the sociocultural identity of the Quilombola Community of Rincão dos Negros – Rio Pardo/RS*

**Erica Karnopp**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/000-0001-5976-2331>

**Alessandra de Quadros**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5458-3545>

**Marco André Cadoná**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/000-0003-1580-5234>

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise sobre o significado sociocultural de práticas agroecológicas em Comunidades Quilombolas. Tomando como referência a Comunidade Rincão dos Negros, localizada no município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, indica-se que as práticas agroecológicas se inserem num contexto de resistências e de afirmação da identidade sociocultural das Comunidades Quilombolas. Na Comunidade Rincão dos Negros, o manejo de saberes e de práticas tradicionais, comprometidos com a segurança alimentar e a conservação da biodiversidade, remete a diferentes formas de manipulação e de negociação de sistemas de significados, códigos de referências que tecem a formação identitária. As práticas agroecológicas, nesse contexto, compreendem a produção e a reprodução de mecanismos de defesa de práticas e de conhecimentos tradicionais e locais, não implicando somente a identificação dos aspectos técnicos do potencial endógeno do local, mas também as lutas sociais, políticas, culturais que a Comunidade Quilombola estabelece com o objetivo de construir sua própria identidade sociocultural.

**Palavras-Chave:** Comunidades Quilombolas; Agroecologia; Identidade Sociocultural; Comunidade Rincão dos Negros.

**Abstract:**

The article presents an analysis of the sociocultural meaning of agroecological practices in Quilombola Communities. Taking the Rincão dos Negros Community, located in the municipality of Rio Pardo, in Rio Grande do Sul, as a reference, it is indicated that the agroecological practices are inserted in a context of resistance and affirmation of the sociocultural identity of the Quilombola Communities. In the Rincão dos Negros Community, the handling of knowledge and traditional practices, committed to food security and biodiversity conservation, leads to different forms of manipulation and negotiation of systems of meanings, reference codes that weave identity formation. Agroecological practices, in this context, comprise the production and reproduction of defense mechanisms of traditional and local practices and knowledge, not only implying the identification of the technical aspects of the endogenous potential of the place, but also the social, political, cultural struggles that Quilombola Community establishes with the aim of building its own sociocultural identity.

**Keywords:** Quilombola Communities; Agroecology; Sociocultural Identity; Rincão dos Negros Community.

## 1 Introdução

Este artigo é resultado de uma investigação sobre o significado histórico e cultural da memória social em práticas agroecológicas desenvolvidas na Comunidade Quilombola Rincão dos Negros, localizada no município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. A partir do pressuposto de que a agroecologia implica dinâmicas de construção e de reconstrução da memória social, se pretendeu compreender como os saberes e as práticas agroecológicas expressam as políticas de natureza presentes na memória social da Comunidade Quilombola Rincão dos Negros (QUADROS, 2022).

A Comunidade Rincão dos Negros é expressão das lutas de resistência e de afirmação identitária das pessoas que foram escravizadas e dos descendentes de pessoas que foram escravizadas no Vale do Rio Pardo, localizado na região centro-oriental do Rio Grande do Sul. A comunidade está constituída por vinte e cinco famílias (podendo variar esse número conforme as condições de empregabilidade, os projetos familiares, dentre outros fatores), que ocupam uma área de 571,86 hectares de terra no município de Rio Pardo. Boa parte dessa área é utilizada para atividades agrícolas e a maioria dos moradores da comunidade se utiliza de práticas tradicionais para a lida na agricultura. Práticas essas que são mobilizadoras de formas de pensamento e de ação

que nem sempre são disruptivas de práticas mercantilistas e fundadas no pressuposto agroquímico; mas que, ao mesmo tempo, são práticas afirmadoras de dinâmicas socioeconômicas nas quais os estilos de agricultura incorporam princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL, COSTABEBER, 2002).

Historicamente, as Comunidades Quilombolas no Brasil estão vinculadas a práticas agropecuárias, que visam atender às suas necessidades de alimentação e à comercialização dos excedentes (FIDELIS; BERGAMASCO, 2013). Nesse contexto, inclusive, em especial a partir dos anos 2000 diferentes políticas públicas passaram a ser discutidas e implementadas, muitas das quais diretamente comprometidas com a afirmação de práticas agroecológicas nas Comunidades Quilombolas. São exemplos, nesse sentido, o Programa Brasil Quilombola, a Nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (instituída pela Lei n. 12.188/10) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (instituída pelo Decreto n; 6.040/2007). Essa última, afirmando a importância de as políticas públicas promoverem o “uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (BRASIL, 2007); com base na agroecologia, de modo a priorizar o uso dos recursos locais e as experiências históricas afirmadas na cultura dos povos tradicionais, numa perspectiva de sustentabilidade.

Se esses projetos abrem possibilidades de substituição de práticas agroquímicas e degradadoras do meio ambiente por práticas agroecológicas, é preciso também estar atento para a necessidade de integrar na perspectiva agroecológica as relações históricas das comunidades com seus territórios. Na proposta apresentada neste artigo, então, a agroecologia é entendida como expressão das compreensões e das práticas históricas que afirmam os saberes locais, as memórias sociais e coletivas, a cultura das Comunidades Quilombolas (CAPORAL, COSTABEBER, 2002).

O território no qual se desenvolve as experiências das Comunidades Quilombolas não é apenas uma produção material. Pois toda a produção material é, sempre, instituída e instituinte de ideias, de representações, de imagens, de simbologias, de concepções que indivíduos e comunidades constroem em suas relações com a natureza e formas de sociabilidade. Dentre as imagens, as representações, as concepções de mundo produzidas no pensar e no fazer humanos destacam-se aquelas que remetem ao passado, à *memória social* que, afinal, expressa visões construídas sobre o tempo passado, com as quais e a partir das quais também vão sendo construídos sentidos para o presente e para o futuro. Torna-se importante, pois, a compreensão do “potencial produtivo” implicado nas “imagens/representações criadas, produzidas, inventadas” sobre os territórios, já que se trata de construções que condicionam as formas como os seres humanos se relacionam entre si e com a natureza.

Nessa direção, pode-se dizer que as práticas agroecológicas nas Comunidades Quilombolas não se colocam como algo exógeno, algo que se produz no exterior e que se oferece aos indivíduos e comunidades através de políticas públicas implementadas por governos, com participação de diferentes instituições e diferentes formas de ação coletiva. Ainda que essas políticas e essas ações tenham importância, as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas Comunidades Quilombolas têm profunda aderência com as histórias dessas comunidades, histórias de resistência e de atividades criadoras, que se constituem numa dinâmica de afirmação da identidade sociocultural.

E é com esse pressuposto, portanto, que neste artigo está colocada a questão sobre o significado cultural das práticas agroecológicas de uma Comunidade Quilombola, perguntando-se sobre a relação entre as práticas agroecológicas desenvolvidas e a identidade sociocultural da Comunidade Quilombola estudada: a Comunidade Rincão dos Negros.

O artigo está organizado em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira se faz um resgate da bibliografia que analisa a agroecologia em Comunidades Quilombolas, destacando a importância das práticas agroecológicas não somente nos movimentos de resistência aos modelos agroquímicos, mas também na afirmação da identidade sociocultural. Na segunda, então, se utilizando de entrevistas que foram realizadas com onze moradores da Comunidade Rincão dos Negros, mas também de fotos, relatos históricos, observações realizadas no cotidiano de trabalho e de vida dos moradores da Comunidade, coloca-se em questão os caminhos de construção das práticas agroecológicas desenvolvidas naquele território quilombola.

## **2 A agroecologia enquanto potencialidade epistemológica**

Para analisar a agroecologia enquanto uma potencialidade epistemológica é preciso, primeiro, entender de onde provém o modelo produtivo agrícola atual e de que forma ele se tornou hegemônico.

As relações agrícolas brasileiras se fundam no sistema colonial entendido como o modo de exploração aplicado na América Latina que impôs um projeto de civismo eurocentrado. O Brasil é inserido na dinâmica desenvolvimentista global no período colonial, momento em que o país foi ocupado por Portugal. A forma de ocupação do território ocorreu, desde o início, através de atividades primárias caracterizadas pela monocultura, pelo latifúndio e pela escravização. Em um regime de violência da Coroa Portuguesa, a população originária, seus costumes e cosmologia, foi massacrada.

Instaurou-se no país uma perspectiva de organização socioeconômica e política organizada à luz de valores ocidentalizados que se lançaram como processo civilizatório em nível global. A colonialidade do poder, entendida como um meio de manutenção do

sistema colonial – mesmo após seu fim – submeteu a agricultura brasileira a interesses externos, com uma produção sempre voltada à exportação (café, cana de açúcar etc.), assim como o extrativismo (borracha) e a mineração (metais preciosos). Como herança daquele processo, atualmente o modelo de desenvolvimento econômico é baseado em relações transnacionais, o chamado agronegócio. Por ser fundamentada na monocultura, na produção em larga escala, não considera o estado de exploração da natureza e das pessoas. O agronegócio avança para atender demandas globais, movimentadas pelo sistema financeiro que deixa mais acirrada a concentração de renda e de terra. Este fato recai sobre as realidades locais (ARAÚJO, 2022).

O que se coloca em disputa, a partir dessa condição histórica, não é somente a reforma agrária operacionalizada pelo acesso à terra, mas da luta por um projeto de sociedade que implica a forma da produção agrícola e o respeito à existência dos povos e territórios. É nesse sentido que a agroecologia pode ser entendida como uma emergência contra-hegemônica, ou ainda uma potencialidade epistemológica, pois a

Agroecologia exige uma inversão na ótica que orienta a agricultura de base agroquímica, a aplicação de tecnologias exógenas em relação aos ecossistemas agrícolas e, portanto, dependendo para sua efetivação de um conhecimento que o agricultor não domina. Resgatar a agricultura como uma cultura do agro e retomar o agricultor como agente do processo de geração de conhecimento significa dar um sentido radical: a agroecologia como superação de um modelo de desenvolvimento (BALEM; SILVEIRA, 2002).

A agroecologia pode ser entendida como alternativa ao modelo agroindustrial, que recupera e atualiza saberes tradicionais, desenvolve a biodiversidade, produz alimentos ecologicamente, socialmente sustentável, e gera autonomia. Ao mesmo tempo, critica as bases da relação atual sociedade/natureza e aponta “a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas com o outro, seja este outro ambiente ou outro ser humano” (LOPES NETO, 2018).

Em síntese, só pode ser compreendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social. Sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais).

Contudo, para Perea e Rodriguez (2020) a agroecologia é uma emergência contra-hegemônica que acabou constituindo-se nos pressupostos ontoepistêmicos da racionalidade hegemônica. Surge precisamente na segunda metade do século XX, como resposta ao fracasso do projeto hegemônico dominante, sobretudo a degradação

ambiental. Um projeto hegemônico (chamado no Ocidente de “modernidade”) que, por sua vez, apropriou-se da agricultura para inseri-la em uma poderosa matriz industrial no século XX, gerando um processo de industrialização da agricultura e de “modernização” de tradições agrárias consideradas “atrasadas”. Da matriz industrial resultaram dois aspectos: a agronomia clássica se tornou um elemento conatural, uma vez que possibilitou o rendimento, a eficiência, o aumento, a otimização e a produtividade; e a lógica de extermínio e degradação ambiental, embutida na fabricação de novos inseticidas e pesticidas. Embora a agronomia tenha passado por uma virada drástica nos anos 1970, sendo atravessada pela episteme ecológica, essa se tornou o que vem a ser denominado de agronomia ecológica, que tem sido historicamente confundido com a agroecologia.

De fato, a agroecologia surge como uma proposta que problematiza e questiona o agrocapitalismo, mas não é e não deve ser confundida com uma “solução” moderna; pelo contrário, deve ser assumida como uma alternativa, contrária ao “moderno”. Em outras palavras, a agroecologia constitui-se naquelas práticas rotuladas como “tradicionais ou retrógradas”, uma vez que a agricultura onde está localizada a agronomia convencional foi definida como “moderna”. Questiona o conhecimento (sobretudo o agrônomo) que interveio na agricultura, degradando-a e inscrevendo nela e para ela um projeto de morte, que ameaça a estabilidade ecológica dos territórios e do próprio planeta.

Uma possível via para descolonização da agroecologia é repensar a mesma em lugares contra-hegemônicos, onde se constitui seu status pluri-epistemológico, desde e com saberes e práticas que convergem nas bordas ou fronteiras da racionalidade moderna ocidental. Como diz Luciana Jacob, “a agroecologia, para se opor radicalmente ao paradigma da agricultura capitalista industrial, não pode pensar a partir da mesma razão em que foi fundada. Isto que a agronomia fez foi justamente uma virada ecológica desses fundamentos sem sair da racionalidade que a “incubava” (JACOB, 2019, p. 23).

Numa perspectiva das “epistemologias do sul”, crítica ao projeto ocidental de “modernização”, a agroecologia concebe a natureza não como um recurso natural, possível de ser explorada até a exaustão. Essa concepção de natureza é estritamente eurocêntrica e há, portanto, outras concepções em que a natureza é vista como um ser vivo, terra-mãe, inseparável do ser humano.

O conhecimento científico que está posto, de base cartesiana, que difere coisas de pessoas, não permite que a natureza seja analisada dessa forma. Assim sendo, é preciso uma base epistêmica que dê conta de captar outros conhecimentos, outras maneiras de fazer ciência. A prática agroecológica parte do reconhecimento e incentivo da agricultura tradicional local, da racionalidade local, que é transgeracional. Com isso, não nega a ciência. Ao contrário, também é ciência, pois, como apontam Caporal e

Costabeber (2002), a agroecologia enquanto ciência atua na transição da agricultura convencional para agricultura sustentável. Baseia-se no conceito de agroecossistema, como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentável.

## 2.1 A Agroecologia em Comunidades Quilombolas

Na bibliografia especializada, que analisa a presença de práticas agroecológicas em comunidades quilombolas, observa-se uma preocupação significativa com uma abordagem territorial dessas experiências agroecológicas. Nessa direção, os estudos têm destacado que o território demarca a ocupação dos grupos, a forma de uso e manejo dos recursos, as relações socioculturais com o ambiente, tornando-se um “importante instrumento de análise do modo de vida e da própria definição de comunidades remanescentes de quilombos” (SILVA, GARAVELLO, 2018, p. 167). A partir da perspectiva territorial, a própria discussão sobre a agroecologia ganha novos contornos, na medida em que é enfatizada a partir das atividades produtivas que se vinculam às experiências locais de produção do saber e do fazer das comunidades. E, através da abordagem territorial, a perspectiva de análise torna-se mais abrangente, não somente atenta aos aspectos endógenos, mas, também, às questões que dizem respeito às relações das comunidades com a “sociedade mais ampla” (outras comunidades, instituições sociais, poder público etc.) (SILVA, GARAVELLO, 2018).

Destaque-se que a abordagem territorial permite a compreensão das experiências agroecológicas em Comunidades Quilombolas a partir de uma perspectiva de valorização dos significados socioculturais; expressões das formas de compreensão e de atuação das comunidades, mas também das formas de apropriação e de valorização dos espaços e das relações políticas que se estabelecem entre os membros de uma mesma comunidade e desta com a sociedade mais geral. É no território, além disso, que se desenvolvem as relações sociais e políticas, as práticas econômicas, as valorizações e os esquecimentos culturais, a definição/redefinição dos valores. E é nesse sentido, portanto, que não é qualquer território que pode ser definido como “território quilombola”, mas aquele relacionado com as histórias e com as afirmações econômicas, políticas, sociais e culturais das Comunidades Quilombolas existentes de forma concreta (SILVA, GARAVELLO, 2018).

Como indica Lourival Fidelis, os “camponeses” que constituem as Comunidades Quilombolas “elaboram técnicas, manejos de solos, das águas e sementes, flora e fauna que marcam seu espaço, seu território, meio físico e biológico”. Seus alimentos e

produtos, assim, “têm ‘marca’ própria, tingidas pelas tintas da resistência e pela inventividade criadoras moldadas pela necessidade imediata quanto histórica”; mas também, “tangenciadas pela resistência à dominação e a arbitrariedade conservadora, da injustiça atroz nos quase quatro séculos de escravatura que marcam vergonhosamente a História do Brasil” (FIDELIS, 2011, p. 5).

A agroecologia, é claro, constitui uma experiência de resistência ao modelo de agricultura industrial característico da assim denominada “revolução verde” (ABROMOVAY, 1994). Mas a agroecologia é, também, um projeto de afirmação de “regras ecológicas de gestão da natureza”, que remetem às práticas tradicionais e presentes e que consideram o uso predominante de recursos endógenos (as práticas, os saberes, as técnicas), proporcionando baixo impacto ambiental, reduzido custo energético e valorização de tecnologias locais construídas a partir de adaptações diversificadas (ALTIERI, 2002). Nessa direção, as práticas agroecológicas valorizam tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento popular, a diversidade social dos agrossistemas tradicionais, reconhecendo que “por séculos, agricultores tradicionais têm desenvolvido sistemas agrícolas diversos e localmente adaptados, manejando-os com práticas [...] que sempre garantiram tanto a segurança alimentar como a conservação da biodiversidade” (ALTIERI, 2004, p. 35).

Daí que as práticas agroecológicas estão, pois, vinculadas às dinâmicas históricas de constituição dos territórios. Pensar práticas agroecológicas implica pensar, também, as manifestações, as invocações, os testemunhos, as convocações do passado. Remete o olhar ao conjunto de símbolos, de práticas, de representações, que um grupo ou uma comunidade, através de suas ações presentes e que projetam seus futuros, constroem e reconstroem (não como uma atividade isolada, mas também das relações com outras comunidades e com a sociedade em geral) como uma atividade coletiva.

Importante destacar que, principalmente a partir da primeira década desse século, observou-se um crescimento do interesse acadêmico e científico com experiências agroecológicas em Comunidades Quilombolas. Nessa bibliografia é possível encontrar autores que, partindo da constatação de que a agricultura é uma atividade crucial nas Comunidades Quilombolas, problematizam a viés produtivista que também está presente na análise das atividades agrícolas dessas Comunidades. Para Lourival Fidelis e Sonia Bergamasco, por exemplo, a agricultura desenvolvida nas Comunidades Quilombolas é do tipo “camponesa”, na qual os próprios agricultores “elaboram suas técnicas, manejos de solos, das águas e sementes, flora e fauna que marcam seu espaço” (FIDELIS, BERGAMASCO, 2012, p. 2). Para esses autores, a agricultura desenvolvida nas Comunidades Quilombolas é realizada a partir de uma necessidade primeira da alimentação familiar, sem descuido da preservação da natureza.

Agricultura é desta forma, antes de qualquer análise linear, parte de uma estratégia maior que tem como base a reprodução e a segurança alimentar do núcleo familiar. Esta estratégia não prescinde da preservação das sementes, da recomposição da fertilidade dos solos através do pousio e outras técnicas que compõe a agricultura das comunidades Quilombolas [...] (FIDELIS, BARGAMASCO, 2012, p. 2).

É nesse sentido que esses “agrossistemas”, “quando incutidos na lógica camponesa”, “vão ao encontro da Agroecologia” (FIDELIS, BARGAMASCO, 2012, p. 3). A agroecologia, como destaca Guzmán (2017), é dotada de princípios teóricos e metodológicos que permeiam e direcionam as perspectivas ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas, apresentando caracterizações do processo de pesquisa participativa, como uma forma de abordagem metodológica, onde essa se desenvolve. Este processo produz reflexões através de métodos e técnicas apresentados em três fases: a perspectiva ecológica e produtiva, a socioeconômica e cultural e a emancipação sociopolítica na agricultura familiar e/ou campesinato onde estas nuances são fundamentais à qualidade de vida e à autonomia comunitária.

Nesta perspectiva, a agroecologia compreende um processo de construção de mecanismos de defesa do conhecimento tradicional e local, não implicando apenas a identificação dos aspectos técnicos do potencial endógeno (de um local, de uma região), mas, também, as lutas sociais, políticas, culturais, éticas que os grupos, as comunidades (locais e regionais) estabelecem com o objetivo de controlar os recursos sobre sua identidade (GUZMÁN, 2001). A agroecologia, assim, se coloca como uma forma de potencializar experiências produtivas, visando elaborar propostas de ação social e coletiva que desvelem a lógica predatória inerente ao modelo produtivo agroindustrial hegemônico, mas também apontem para formas de organização da produção mais socialmente justas, economicamente viáveis, ecologicamente apropriadas. Assim, a agroecologia pode ser definida como:

[...] formas de ação social coletiva que representam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas, surgidas de seu potencial endógeno, que pretendem um desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e circulação alternativa de seus produtos, buscando estabelecer formas de produção e consumo que contribuem para enfrentar a crise ecológica e social e com ele enfrentar o neoliberalismo e a globalização econômica (GUZMÁN, 2001, p. 34).

A agroecologia é uma ciência nova e ascende de uma mudança de paradigma na forma de produção, de um sistema agrícola fadado ao fracasso e à insustentabilidade, a um outro que respeita as epistemologias presentes nos povos tradicionais, os saberes populares, a memória social, a historicidade, a cultura. Emerge, nesse sentido, como resistência ao sistema hegemônico instaurado e que norteia suas concepções e

conceitualizações visando a manutenção do status quo. Sistema hegemônico este que acentua consideravelmente a degradação ambiental em todas suas formas (perda da biodiversidade, poluição do ar, água e solo, enfraquecimento dos nutrientes naturais), o cultivo de monocultura, a manutenção do latifúndio e o enriquecimento de uns em detrimento do trabalho explorado de outros.

A valorização e o empoderamento dos saberes de comunidades tradicionais emergem como ponto de partida e como ponto de chegada na compreensão do paradigma amplo e sistêmico da agroecologia, na conservação dos recursos naturais, na soberania e segurança alimentar e no modo de ser e estar no território, respeitando suas especificidades internas e ecologias presentes.

Neste sentido, Navas et al (2015) apontam que a agroecologia tem incorporado em seus processos as questões técnicas de produção, o saber local e a cultura, mas vinculados às atividades produtivas produzidas a partir de suas concepções éticas e políticas, envolvendo um conjunto de atuações nos planos materiais e imateriais. A agroecologia, aliás, fundamenta relações e significações do território, pois expressa um aparato abrangente de processos, de dinâmicas e de sistemas oriundos da realidade rural e de suas particularidades internas, fomentando o sustento e o pertencimento familiar (agricultura de subsistência). Além de promover afinidades, cooperação, ajuda mútua, solidariedade, reciprocidade, entre os pertencentes de uma comunidade, o que pode potencializar a geração de conexões entre indivíduos, a formação de redes sociais, o respeito a normas de reciprocidade, a lealdade nas relações interpessoais e na relação com o coletivo.

A relação ambientalmente justa e adequada com a terra prima pela sustentabilidade no sentido mais amplo do termo, incorporando processos positivos que norteiam e direcionam comportamentos e modo de ser e estar afins com a proteção e respeito às caracterizações internas, estas passadas de geração a geração em territórios quilombolas como forma de lutas, resistências, afirmação identitária.

Para Borba (2008), a relação das populações quilombolas com a terra impregna-se de resistência e autoafirmação identitária, onde viveram seus ancestrais, onde estabelecem suas historicidades e fortificam-se suas práticas costumeiras, cotidianas e tradicionais, imbricadas de memórias individuais e sociais, assinalando o território como espaço de existência e reciprocidades em distintos aspectos.

Nesta perspectiva, segundo Guzmán (2001), o fortalecimento das particularidades socioculturais das comunidades perpassa as variáveis ecológicas e ambientais, configurando-as como práticas e saberes agroecológicos, potencializando elementos sociais e culturais, incluindo costumes agroalimentares, modos de subsistência e campesinato e práticas tradicionais inerentes a cultura quilombola,

fomentando o fortalecimento da compreensão do funcionamento endógeno dos agroecossistemas, respeitando-se as especificidades e características próprias.

A soberania alimentar destaca-se como direito à alimentação em qualidade e quantidade adequada às comunidades, experienciando, através de hábitos e culturas tradicionais, a agroecologia não somente no aspecto produtivista, mas também nos aspectos sociais, culturais, éticos, políticos. Através das relações individuais e comunitárias surgem aspectos relacionais mais profundos como a reciprocidade, o compadrio, a ajuda mútua, concomitantemente à alimentação agroecológica para suprir as necessidades individuais e coletivas, fomentando a autonomia nutricional e econômica em espaços territoriais onde estas relações são construídas (DUBEUX; BATISTA, 2017).

A segurança alimentar do campesinato é uma nuance de extrema relevância nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, garantindo, através da agricultura de subsistência, uma parte da alimentação diária necessária para as famílias. É o plantio de legumes, de tubérculos, de verduras e de frutas que auxiliam na nutrição cotidiana, servindo-se de alimentos com qualidade e valor nutritivo muito além daqueles produzidos com insumos, sementes geneticamente modificadas, uso de agroquímicos e outras tecnologias convencionais degradadoras do meio ambiente (MOLINA; GARCIA; CASADO, 2017, p.35). Em alguns casos, o excedente é comercializado, em feiras agroecológicas ou vendas porta a porta nas comunidades vizinhas, contribuindo desta forma na manutenção econômica do núcleo familiar e no fortalecimento das redes curtas de produção e de comercialização dos produtos.

Importante ressaltar que no manejo tradicional e ancestral das Comunidades Quilombolas há um aproveitamento dos componentes químicos, físicos e biológicos dispostos no próprio agroecossistema, aumentando significativamente os insumos naturais oriundos do território manejado (AZEVEDO, 2017). Todas as possibilidades de manejo com a terra, a produção de adubação orgânica, a utilização de materiais internos existente no agroecossistema são utilizados, aumentando significativamente e garantindo uma produção limpa e com teor nutricional agregado e adequado à alimentação diária. O respeito aos recursos naturais (água, solo, flora e fauna) também é uma perspectiva fundamental adotada nas Comunidades Quilombolas, garantindo-se desta forma a qualidade ambiental e ecológica do território (FIDELIS, 2011).

As Comunidades Remanescentes de Quilombos apresentam uma relação única com o território, material e imaterial, corroborando para um modo próprio de vivência, de ser e estar e da forma de relacionar-se com a Terra, dotada de ancestralidade, memórias, histórias, lutas, embates e resistências que caracterizam suas especificidades endógenas. A agroecologia presente nessas comunidades, concretizada nas práticas agrícolas, na relação com o solo, no modo de preparo dos alimentos, nos valores

gastronômicos, nas formas de se relacionar entre os indivíduos e entre esses e os espaços de produção e de vivência, é expressão dessa ancestralidade e dessas lutas de resistência e de afirmação identitária.

### **3 A agroecologia na comunidade do Quilombo Rincão dos Negros – Rio Pardo (RS)**

A comunidade toda desenvolve agroecologia, no meu ponto de vista. Sempre percebi toda a comunidade lidando na roça e fazendo as coisas muito parecidas com que eu fazia, mas é claro eu só fui ouvir falar nesta tal de agroecologia agora quando já era adulta e já tinha até filho, mas no meu entendimento todo mundo aqui é a favor da natureza, é agroecológico (Dona Chiquinha. Moradora da Comunidade Quilombola Rincão dos Negros).

Como indicado anteriormente, a análise sobre o significado sociocultural das práticas agroecológicas na Comunidade Quilombola Rincão dos Negros é resultado de uma pesquisa maior, que sob o ponto de vista do levantamento dos dados compreendeu a realização de entrevistas, a construção de relatos históricos, o uso de fotografias, as conversas coletivas, os documentos (cartas, recortes de jornais), a observação do cotidiano de trabalho e de convivência comunitária. Num trabalho de investigação que se orientou por uma perspectiva metodológica de valorização da participação efetiva das pessoas na construção dos conhecimentos. Assim, os relatos, as histórias, os rituais, as representações religiosas, as práticas cotidianas, além das práticas de pesquisa “convencionais” (entrevista, documentos), foram “hibridizadas”, de modo a garantir que o conhecimento possível fosse resultado de uma construção não sobre, mas com e a partir das pessoas que constituem a Comunidade Quilombola Rincão dos Negros. Para fins da análise apresentada neste artigo, então, são utilizados fragmentos das entrevistas, das rodas de conversa, das observações cotidianas, em especial o contato mais direto que, durante a pesquisa, se tornou possível com onze moradores/moradoras da Comunidade.

Para os moradores da Comunidade Rincão dos Negros, os territórios são de relevância fundamental em distintos aspectos, principalmente no que tange a conexão com a terra, para além de questões vivenciais e cotidianas, mas por pontos ancestrais, sendo que neste território, local de memórias, conflitos e embates, desenvolvem-se as interações históricas e culturais, relações de amizade, vizinhança, compadrio, lida na roça, interações com a natureza e todas as suas espécies, nos aspectos religiosos, na cultura ancestral, na (re) construção de identidades individuais e coletivas. Trata-se de um entrosamento interespecífico que une o corpo ao espírito, as memórias ao território.

Em sua origem, a Comunidade Rincão dos Negros remete a uma história de doação, pois todos os entrevistados referem-se a esse período em que as terras foram doadas, pela “senhora Jacinta” (proprietária de terras em Rio Pardo). Mas a história da

Comunidade é uma história de disputas, de perdas de terras, de preconceitos, de receios de mais perdas, da luta presente pelo reconhecimento jurídico da posse das terras. É no “território da Comunidade” que se encontram as duas igrejas católicas, uma ao lado da outra, ambas com a mesma padroeira (Nossa Senhora da Imaculada Conceição), mas, contudo, uma denominada “Igreja dos Brancos” e a outra “Igreja dos Negros”. Um símbolo de religiosidade, mas, também, de resistência/construção da identidade cultural da comunidade na sua relação com o território local e regional. A “Igreja dos Negros”, nesse sentido, enquanto espaço de religiosidade, é um símbolo das relações com o sobrenatural, com a valorização da cultura dos antepassados, com o desenvolver espiritual, com as lutas, as resistências que marcam a história da Comunidade. É o que está presente na fala de Joelita que, quando indagada sobre a presença de duas Igrejas na Comunidade, assim se manifestou:

Queriam colocar a Igreja dos Negros no chão, acabar com a nossa história, com a história dos negros. Por isso construíram a Igreja dos Brancos, maior e mais bonita e bem do ladinho da nossa capela, da Igreja dos Negros. Colocaram até a mesma Santa Padroeira. Mas não conseguiram acabar com nossa igreja. Nem com nossa história (Joelita David. Líder Comunitária da Comunidade Quilombola Rincão dos Negros).

A terra tem grande importância e atua como um espaço que encanta e magnetiza as relações que se estabelecem na Comunidade. Portanto, muito além da produção e da subsistência familiar, é onde as relações acontecem e a vida se dá em todos os sentidos. É a interação por essência que une histórias, vivências, cotidianos, prosas, alegrias, tristezas, dores, vitórias, embates, lutas e, sobretudo, seu passado ao seu futuro. Conecta ainda suas memórias sociais, maneira holística, sistêmica e agroecológica de se ser, de se estar, de se comportar, de se vislumbrar a relação com o território, com os outros e com o mundo circundante.

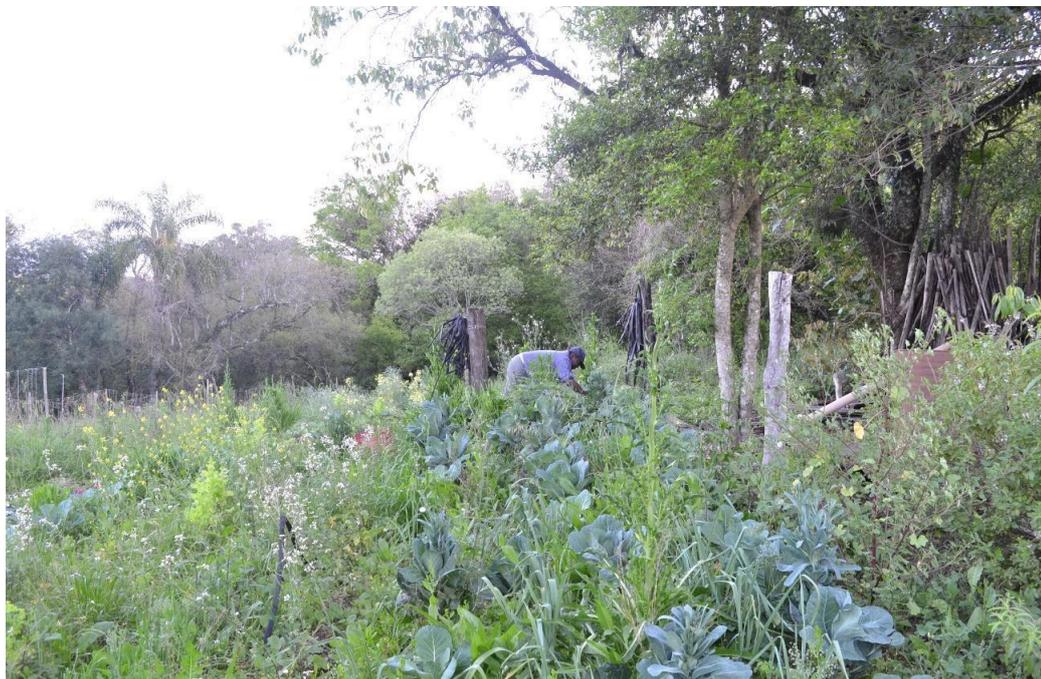
A lida na roça é desenvolvida a partir de experiências e saberes ancestrais, de raiz agroecológica, constituídos muito antes deste termo ser amplamente utilizado e estudado. No contato com os moradores da Comunidade, não é difícil perceber que as práticas, os equipamentos utilizados, as formas de cultivo, a preocupação com a subsistência, ainda remetem a tradições, às experiências que remetem aos antepassados. Aos olhos de muitos, talvez, domésticos, simples, rudimentares; contudo, carregados de uma memória cultural, prenes de uma tradição que se mostra resistência.

A agroecologia, parte da cultura das comunidades quilombolas, é dotada de memória material e imaterial, não encontradas em outros locais, por apresentar atributos inerentes destas Comunidades, como é o caso das formas de interagir com a Terra, a produção de técnicas e manejos ancestrais, o pousio, a nutrição do solo, a

alternância nos plantios, as épocas e luas certas para plantar, toda uma gama de saberes e fazeres passados de geração a geração, que são potencialidades endógenas destes povos. As práticas quilombolas são dotadas de potencial interno, de especificidades próprias de cada comunidade e território, uma vez que estes povos, tangenciados e marcados por uma história de sofrimentos e dores, embates e conflitos, lutas e (re)significações, consolidam suas experiências passadas em suas vivências presentes.

Nessa direção, desde os primeiros contatos com os moradores da Comunidade é possível perceber que as atividades agrícolas realizadas guardam proximidade com práticas agroecológicas. Uma proximidade que se manifesta nas práticas de produção, mas, também, nas formas de ser e de estar, nas relações que eles estabelecem com a água, com a fauna local, com a vegetação nativa, com a alimentação/gastronomia, com as vizinhanças. A agroecologia se manifesta no dia-a-dia: no cultivo das verduras, dos legumes e das frutas, nas crenças religiosas, nas práticas de cuidado e de cura, nos costumes gastronômicos, nas interações com vizinhos. As hortas e os pátios, por exemplo, são espaços de alimentos orgânicos e agroecológicos, transformando-se em um conjunto de cores e sabores.

**Figura 01: Horta Agroecológica de Moradora do Rincão dos Negros.**



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Nota-se que os alimentos são consumidos pelas famílias e os excedentes vendidos nos arredores. Os relatos, nesse sentido, indicaram que vários produtos são comercializados: sabão, ovos caipiras, farinha de mandioca e farinha de polvilho, rapadura de abóbora (doce típico da comunidade), bolachas caseiras (doces e salgadas,

de milho, de trigo, de mandioca, amanteigadas, de polvilho), broas, bolos de diversos sabores e receitas, pães caseiros. Uma comercialização que não ocorre de forma recorrente e sistematizada, ainda que, no caso de uma das famílias os excedentes são vendidos numa feira agroecológica (Feira Agroecológica Origem Camponesa), que acontece todo sábado pela manhã na Praça São Francisco, localizada no centro da cidade de Rio Pardo.

**Figura 02: Feira Agroecológica Origem Camponesa – Praça São Francisco de Assis, Rio Pardo, RS.**



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Os primeiros contatos com os moradores da Comunidade Rincão dos Negros permitem, também, perceber que eles estabelecem uma relação de muito respeito com a água. Num dos “Núcleos” da Comunidade, a água utilizada vem de uma nascente localizada na propriedade de um dos moradores. Algumas famílias puxam água com motor através de redes de canais (construídos de maneira bastante rudimentar) até a residência, abastecendo assim a caixa d’água; outras, além dessa alternativa, têm cacimba; outras, ainda, têm apenas cacimba. A água que é utilizada na residência é a mesma que é utilizada na horta/plantio. Alguns relatos indicaram que a relação com a água “precisa ser de respeito, utilizar apenas o suficiente, não deixar as torneiras abertas”.

Falar sobre produção com os moradores da Comunidade Rincão dos Negros é falar da terra. Todos, em seus relatos, indicaram uma relação forte com a terra, com o plantio para o sustento. São famílias que têm uma tradição de cultivo de alimentos, mesmo que nas hortas próximas das residências.

Minha roça não consigo mais lidá porque já tô muito véia, mas minha hortinha pra cume minha alface e minhas planta ainda tenho. A relação com a terra é muito importante. É nela que a gente se alimenta, planta o que vai come e às vezes troca, vende e compra do outro. A gente só compra quando não plantemo mais, como arroz. Arroz não plantemo mais. Eu gosto daqui, nunca imaginei não mora mais aqui nas terras, até que só saí daqui pra trabaia, mas trabaiaava pra fora ne. Não me imagino morando na cidade, gosto mesmo de mora aqui na terra e gosto da minha lida com minhas galinhas, meus chás, minha hortinha. Minha roça não consigo mais lida proque já tô muito véia, mas minha hortinha pra cume minha alface e minhas planta ainda tenho (Dona Claídes. Moradora da Comunidade Rincão dos Negros).

Em algumas famílias, onde há quem tenha condições de “cuidar da roça”, o plantio é destinado não somente para o consumo próprio, mas também para a comercialização. Muitos têm claro que “se a pessoa tá no campo e se a pessoa não planta uma comida como é que vai cume” (Dona Celi). Por isso, planta-se de tudo: batata doce, couve flor, repolho, abóbora, moranga, várias outras hortaliças; também é preciso ter um pomar, com variedade de frutas. É o caso da dona Rosinéia, cuja família desenvolve o plantio de várias frutas, legumes e hortaliças, todas de forma agroecológica. Durante o verão o sustento da família dá-se pela venda da melancia orgânica na cidade de Santa Cruz do Sul. Mas, além das melancias, também há vendas de melões orgânicos.

Aqui nós vivemo da terra, o alemão (marido), na época da safra nas empresas trabalha para trazer um dinheirinho pra casa, mas a gente tá sempre fuçando na roça. O Artur, no ano passado e este ano é que não tá me ajudando muito, porque está envolvido com os estudos da Escola Família Agrícola. Mas nossa terra para nossa comida do dia a dia ela nos mantém e quando dá a gente dá alguma coisa para a Joelita vender na feira agroecológica, do sábado de manhã. Quando sobra ovos ou outra coisa também vendemos. E quando vou para o centro também levo pão para vender. Só sei que a gente se vira. Mas graças a Deus a gente recebe esta cesta básica deste programa de governo, do “Brasil mais quilombola”, porque algumas coisas a gente não produz aqui, como farinha de trigo, arroz. Mas a gente sempre dá um jeito, o básico pra come a gente produz, batata, cenoura, beterraba, alface, repolho, couve, ovos, galinha, porco, eu não abaixo minha cabeça (Dona Rosinéia. Moradora da Comunidade Rincão dos Negros).

Trabalho e a produção são as bases de seus modos de vida, são espaços/tempos de desenvolvimento da economia familiar, a partir de referências socioculturais que são estabelecidos/reestabelecidos na Comunidade. Todos cresceram com alguma relação (direta) com a lida da roça, com atividades agrícolas desenvolvidas pelos seus pais. Na medida em que tinham certa idade, ainda crianças, já iam para roça ou, então, ficavam

em casa cuidando dos irmãos mais novos e dos afazeres domésticos (no caso das mulheres).

Aprendemos a lida na terra com nossa mãe e nosso pai, eu mesmo não consigo mais plantar muita coisa, mas cuido do canteirinho, das flores e do embelezamento do pátio. Isso eu adoro. A senhora sabe né, dona, que todos nós enxergamos bem pouco, então fizemos o que dá, o que conseguimos. Mas eu consigo fazer uma comidinha boa, bolacha de milho, umas broas. Sempre faço uma alimentação balanceada para cuidar meu peso, porque é muito importante cuidar nosso peso, ainda mais eu que já estou com 70 anos. A terra é a coisa mais importante que existe porque sem a terra não tem o que come [...] (Dona Alaíde. Moradora da Comunidade Rincão dos Negros).

Ah, sim, me criei na lida da roça e todos os moradores da comunidade também. Desde muito pequena ia pra roça com a vó e o vô. Ainda bem, daí aprendi a capiná, plantá e colhê e fazê tudo pra pode cume. Todo mundo plantava pra cume. Quando a gente plantava a mais até podia vende e até trocava com os vizinhos, mas todo mundo tinha muita comida de qualidade. A roça era uma coisa muito importante pra toda a comunidade. A gente tinha horta com tudo que é verdura e legume e tudo que é fruta, era coisa mais linda de se vê. Só depois de adulta é que fui obrigada a trabalha em lavoura de fumo, mas foi para sobrevive mesmo [...] (Dona Mara. Moradora da Comunidade Rincão dos Negros).

Na direção apontada por Dona Mara, se observa na maioria dos pátios uma horta, além de frutas. Os moradores que cuidam da terra e lidam na roça, também cultivam seus alimentos nesses espaços, pois é “só ir no pátio, colher e comer”. Para o senhor Adair, “a terra é onde se desenvolve a vida, as relações familiares, comunitárias e de compadrio, relações mútuas de ajuda e de auxílio, produção da alimentação e trabalho diário” (Senhor Adair. Morador da Comunidade Rincão dos Negros). É neste território que as interações e as interdependências são fortalecidas. É a partir dessa relação com a terra que, para alguns moradores, se desenvolve uma natureza agroecológica, nos modos de organizar o trabalho e a produção na comunidade.

Na região do Passo do Pai Pedro há desenvolvimento da agroecologia, em todos os sentidos, não só na agricultura, mas em vários comportamentos. Nos cuidados, cuidamos o uso da água, o manejo com o solo, preservamos a cultura, mantemos a relação de compadrio e vizinhança, temos consciência quanto à questão do consumo e várias outras coisas. Por que, no meu ponto de vista e em tudo que eu escutei e aprendi sobre agroecologia, esta é muito mais do que agricultura sem defensivos. Mas nos arredores, outras localidades – alguns pontos do Passo da Taquara e muitos pontos do Rincão dos Guedes – há uso de defensivos [...]. Os moradores dizem que é para deixar pátio bem limpinho. Chega dar uma dor no coração quando a gente chega num lugar e vê o pátio pobre, sem uma graminha, um verdinho, daquele jeito (Joelita. Líder Comunitária da Comunidade Rincão dos Negros).

Para a dona Chiquinha, aliás, a agroecologia sempre esteve presente na Comunidade. Como ela enfatizou: “a comunidade toda desenvolve agroecologia, no meu ponto de vista” (Dona Chiquinha). Dona Chiquinha sempre lidou na roça, desde criança. Lembra ainda quando ia para o mato catar capim santa fé para fazer ou manter em pé as casas de pau a pique, nas quais morava com sua família. Desde criança plantava mandioca, milho, feijão, também sabia colher vários tipos de vegetais e tubérculos, não tinha tempo ruim, sol, chuva, tempestade, ventania, lá estava ela na sua lida. Sempre soube cuidar da terra, fazer cerca, arame, tudo. Nasceu e se criou no Passo da Taquara e na lida da roça. Segundo ela, as únicas coisas que não aprendeu a fazer é lavrar a terra e tirar leite.

Nem todos os moradores do Rincão dos Negros, no entanto e como indicado acima, têm compromissos com orientações agroecológicas. Observa-se, numa região fortemente influenciada pelo uso de agrotóxicos, que também os agricultores que residem na Comunidade usam esses produtos, principalmente quando cultivam determinados produtos que são mais diretamente destinados ao comércio. O que não invalida a visão de dona Chiquinha, moradora que é de um local do Rincão dos Negros onde seus moradores estão mais diretamente vinculados com a produção e a comercialização de produtos agroecológicos.

Como já foi registrado anteriormente, a participação efetiva na feira agroecológica existente na cidade de Rio Pardo ocorre, principalmente, através de Joelita, uma das líderes da Comunidade. Ela cultiva e comercializa esses produtos na feira. Mas seus vizinhos, sempre que têm produtos excedentes e têm interesse em comercializar na feira, encontram na Joelita uma forma de mediação com a feira realizada na cidade. Joelita, inclusive, considera que a participação na feira agroecológica é importante não somente para a comercialização de produtos que não têm agrotóxicos, mas, também, para ativar uma consciência agroecológica dentre os moradores da Comunidade.

O mais importante da feira é levar alimento de qualidade com preço adequado para a mesa das pessoas. Levando comida de verdade, sem veneno e com valor nutricional a todos que se interessarem. Mas também é falado sobre agroecologia para as pessoas que se aproximam da feira e pedem orientação sobre o que é, como funciona o plantio, a colheita, os cuidados e outras informações. E nós também temos essas discussões aqui na Comunidade, onde algumas famílias também participam da feira, sempre que têm produtos eu levo para comercializar lá na feira (Joelita David. Líder comunitária da Comunidade Rincão dos Negros).

A agroecologia é um todo e abrange inúmeros aspectos, indo muito além da agricultura, abrange questões éticas, ambientais/ecológicas, comportamentais, econômicas, sociais, culturais, relacionais, de comprometimento tanto com o planeta e

sua estrutura quanto com os outros. Nas Comunidades Quilombolas, há culturas não conhecidas em outros meios, como são os casos das rezas, dos benzimentos, dos chás, dos unguentos, das pomadas, das misturas, das ervas medicinais, das práticas e conhecimentos nativos, das comidas locais, das receitas passadas de pais/mães para filhos/filhas. Mas também as musicalidades, as letras criadas pela comunidade local, as danças tradicionais, os rituais religiosos, todo arsenal de causos e crenças que embalam o imaginário e a contação de histórias, expressando atributos intrínsecos desta natureza na forma de manifestar-se no dia a dia, nas ações e nas não ações, inseparáveis em sua formação histórica e sociocultural.

A agroecologia está presente em todas as ações e modos de vida, na forma como cuidam da água que vem do poço artesiano, nas galinhas que ficam ciscando o pátio o dia inteiro, nas árvores que têm a mesma idade dos filhos e netos. Algumas árvores, inclusive, têm a idade dos pais, dos avós, dos moradores mais antigos; portanto, são árvores centenárias e que a comunidade cuida e preserva como um “ente da família”. São árvores que identificam as antigas famílias, de ex-moradores da comunidade. Dona Santa aponta para uma taquaireira gigante, cita também uma bergamoteira muito antiga, e menciona os nomes dos parentes.

Ali debaixo daquela taquaireira morava meu tio. Debaixo daquela outra, aquela ali do ladinho, morava meu outro tio, irmão da mãe. Ali naquela bergamoteira bem antigona morava minha avó por marte de mãe, sabe aquela bergamoteira é centenária, mais que centenária se eu já tenho 79 anos. Aquela bergamoteira deve ter uns 200 anos. Depois todo mundo começou a ir embora. Ficaram com medo de morar aqui. Foram tudo acuado, pra entrega suas terras a troco de banana ou de graça mesmo. Acabou que todo mundo ficou com muito medo e tinham medo por sua vida e pela vida da sua família, sabe. E se mandaram embora. Foram tudo pra outros lugares. Ficamo só nós morando aqui (Dona Santa. Moradora da Comunidade Rincão dos Negros).

Dona Chiquinha cresceu escutando esta história de resistência e de dor e que jamais deveria abandonar as suas terras. Sua família foi uma das poucas que ficaram no local. Com o falecimento de seu pai, em 2021, ela assumiu os cuidados da mãe Maria Laide, de 81 anos, e da tia, Dona Santa, de 79 anos. Mãe da Pamela, Pablo e Bruna, os filhos também ajudam a cuidar da tia e da avó. Entre sua casa e a casa da avó, Maria Laide tem a horta familiar, onde as famílias plantam os alimentos, cultivam a “produção agroecológica”.

Pra mim todo mundo pratica agroecologia aqui no quilombo. Nós aqui mesmo, aqui ninguém usa veneno pra nada. Os véio não morrem por causa de veneno. Morrem porque tão véio. E morrem de outras doenças. Mas não de veneno nas plantas. Aqui é tudo natural (Dona Chiquinha. Moradora da Comunidade Rincão dos Negros).

Aqui nós plantemo de tudo. Verdura, feijão, batata doce, mandioca, abóbora, moranga, couve. De tudo, não falta nada de plantar pra cume. Daí o que a gente não planta vem no rancho que a gente ganha do governo né. Vem arroz, farinha de trigo, óleo, sal, açúcar, farinha de milho. Farinha de milho a gente não tá fazendo aqui agora. Mas farinha de mandioca a gente faz pra nós e até vende pros vizinho e pra quem que compra. O resto nós que plantemo.”  
(Adair David. Morador da Comunidade Rincão dos Negros)

Importante destacar que, quando questionados sobre agroecologia, muitos moradores da Comunidade Rincão dos Negros afirmam que praticam a agroecologia, numa indicação que vai ao encontro das concepções que vários autores consideram ao abordarem a agroecologia, enquanto metodologia e modo de ser e estar, que direcionam as ações e os modos de vida comunitária, em suas dimensões social, cultural, econômica, política, ética e ecológica (CAPORAL, COSTABEBER, 2002).

No caso dos moradores da Comunidade Rincão dos Negros, são pequenos agricultores, tendo na agricultura de subsistência uma característica marcante. Uma agricultura que se utiliza de práticas tradicionais para a lida na roça, reconhecimento da flora e fauna nativa, vivências e práticas ancestrais no plantio e colheita. Nesse sentido, suas práticas expressam características de práticas agroecológicas, construídos a partir das experiências concretas dos agricultores e das comunidades de agricultores (CAPORAL, COSTABEBER, 2004). Além das questões relacionadas diretamente com a agricultura, também se destaca todas as nuances que caracterizam e dão formas ao todo complexo, sistêmico e holístico da agroecologia.

A agroecologia, ponto de importância essencial às comunidades quilombolas, destaca-se como aparato ativador e incentivador da memória social, uma vez que a terra para os quilombolas é sagrada e dotada de ancestralidade, historicidade, cultura e atividades memoriais. A agroecologia, muito além de questões ligadas à relação com a lida na roça, com os manejos do solo e com a produção de alimentos, está relacionada às formas de os indivíduos portarem-se no mundo, suas relações com o outros, suas formas de consumir.

Os processos e práticas agroecológicas desenvolvidas nas Comunidades Quilombolas apresentam conexões e interações com as memórias e construções de identidades destes grupos, sendo que a vida num todo se desenvolve em torno da terra e sua significância simbólica no sentido de lutas e resistência, de desenvolvimento de família e produção de alimento. Do fortalecimento das particularidades socioculturais da comunidade perpassa as variáveis ecológicas e ambientais, potencializando elementos sociais e culturais, incluindo costumes agroalimentares, modos de subsistência, práticas tradicionais inerentes à cultura quilombola, fomentando o fortalecimento da compreensão do funcionamento endógeno dos agroecossistemas, respeitando-se as especificidades e características próprias.

Um aspecto importante e ressaltado na bibliografia que analisa as Comunidades Quilombolas no Brasil é que a cultura e a agricultura são elementos intrinsecamente vinculados. Nessas comunidades, a agricultura dita “tradicional” está muito presente, realizada com a utilização de trabalho familiar, voltada à subsistência, significativamente sintonizada com o meio ambiente. Nesse sentido, abrangendo vários preceitos da agroecologia, como a produção limpa, sem o uso de venenos e /ou insumos, a lida na terra com ferramentas manuais e de manejo braçal, o projeto de segurança alimentar através da agricultura de subsistência.

Muitas dessas Comunidades Quilombolas têm sua forma própria de cultivar e cuidam a sazonalidade para o plantio e para a colheita, a hora que vão para a roça devido ao sol forte, a lua para plantar e colher, a manutenção em seus acervos das sementes crioulas. Destaque-se, ainda, os aspectos sociais, relacionais e humanos que fortalecem e são fortalecidos através da ajuda mútua entre familiares, vizinhos, compadres, do trabalho na roça, das festividades, dos mutirões, das reuniões comunitárias e promovidas pela associação, da colheita, dentre outras atividades (GLIESSMANN, 2000).

Nos procedimentos e manejos agroecológicos relacionados à lida na roça e a todas as lógicas que a englobam, há o aproveitamento integral dos constituintes biológicos, químicos e físicos disponíveis no ecossistema, afiançando um cultivo com teor nutricional apropriado à alimentação do dia a dia. Portanto, a agroecologia no quesito da produção de alimento tem função imperiosa, pois o direito à alimentação de qualidade nutricional e energética, livre de produtos fitossanitários e outros agroquímicos, é um direito de todos.

As histórias vão se entrelaçando, misturam-se e transformam-se numa rede de emaranhados que encadeiam memórias muitas vezes silenciadas e invisibilizadas. As comunidades quilombolas têm muito a contar sobre suas histórias individuais e coletivas, são memórias que às vezes vêm à tona por uma razão específica, em outras são silenciadas dependendo do mote que as estimulam, de quem e dos porquês que as escutam. São histórias de dores e conflitos inimagináveis por quem está aqui do outro lado, razão que explica o porquê que as memórias sempre são negociadas, pois nem tudo pode e deve ser contado, dividido com outras pessoas. Um “deslize” pode colocar em risco um equilíbrio estratégico, a maioria deles emocionais.

À medida em que as visitas foram avançando, a intimidade com os moradores aumentando, a sintonia entrando na mesma vibração e as conversas começaram a fluir com mais tranquilidade, vários portais foram se abrindo e se iniciou um vislumbamento quase que translúcido entre os envolvidos. Qualidades inerentes ao ser humano afloram naturalmente nas comunidades quilombolas como a generosidade, gentileza, empatia, amorosidade, dentre tantas outras características quase despercebidas no dia a dia. Percebe-se isto num prato de feijão feito na hora e que é ofertado com carinho imenso,

em uma cadeira aberta para sentar, em uma laranja recém colhida do pé, em uma prosa amiga e descontraída, em uma caminhada pela roça para mostrar os legumes e verduras agroecológicos plantados com muito orgulho. A imersão com eles é uma experiência diferenciada, como se o tempo parasse e outra dimensão fosse acessada, orientada essa por valores que remetem aos modos de ser e de viver na Comunidade.

Nas conversas com os moradores da Comunidade há causos, histórias e estórias, contos modernos e muito antigos, existe também intrigas e embates próprios da comunidade e das interrelações existentes no próprio grupo. Há elementos internos, mas também elementos externos, negociações institucionais com o exterior da comunidade e que atuam positiva ou negativamente no cotidiano e costumes desta. Muitas vezes estes projetos chegam prontos na comunidade e isto apresenta um impacto negativo. Porém, quando esses projetos são construídos em parceria com outras instituições, então vêm ao encontro das necessidades e aspirações dos moradores da Comunidade. Registre-se, inclusive, que muitas são as instituições parceiras do Quilombo: EMATER, SENAR, ECOVIDA, Prefeitura Municipal de Rio Pardo (através da Secretaria Municipal de Assistência Social), Câmara de Vereadores de Rio Pardo, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal do Idoso.

A partir dessas considerações, então, é importante definir alguns elementos que permitem uma melhor compreensão da importância da agroecologia enquanto mecanismo ativador da memória social, mas, também, como elemento definidor da identidade sociocultural que se constrói na experiência da Comunidade Rincão dos Negros. Retoma-se aqui a afirmação de uma das entrevistadas, segundo a qual sempre se praticou agroecologia na Comunidade Rincão dos Negros. Numa referência mais direta aos modos de produção na agricultura, aos modos de cultivar os alimentos nas hortas e nas lavouras, há a compreensão de que sempre se esteve vinculado aos saberes e aos fazeres tradicionais, afirmados e repassados pelos antepassados. Mesmo que as práticas (agroecológicas) se transformem a partir de novos conhecimentos, novas relações (e aqui é importante considerar a inserção de algumas famílias numa feira agroecológica existente na cidade de Rio Pardo), essas não aparecem como novidade. Pelo contrário, ao ouvirem, ao saberem, ao se inteirarem dessas “novas experiências”, desses “novos projetos”, há sempre uma percepção de que, afinal, “isso a gente já faz aqui onde moramos”.

Qual é, então, o significado das práticas agroecológicas na afirmação de uma identidade sociocultural da Comunidade Rincão dos Negros? Mesmo que olhadas de forma restrita, enquanto práticas e saberes que estão mais diretamente vinculados aos modos de organização da produção, as práticas agroecológicas remetem a dinâmicas de valorização de um passado que se faz presente enquanto modo de organização da vida, não somente em respeito ao que os antepassados repassaram, mas, também, como um

modo que tem significado enquanto forma desejada de viver e de atribuir sentido à vida. Como dona Chiquinha lembrou, na Comunidade “os véio não morrem por causa de veneno. Morrem porque tão véio. E morrem de outras doenças. Mas não de veneno nas plantas. Aqui é tudo natural”.

Mas, como foi enfatizado, a agroecologia não abrange somente a agricultura. Abrange questões éticas, ambientais/ecológicas, culturais, políticas, sociais, econômicas (no sentido original da palavra: oikos, casa; oikonomía – cuidado da casa). As rezas, as benzeduras, as pomadas, as ervas medicinais, os saberes tradicionais, as comidas locais, a musicalidade, os rituais religiosos, os causos, as crenças, enfim, uma diversidade complexa que traduz modos de ser e estar no mundo, de modo diferente àquele que se tornou hegemônico nas sociedades modernas (comprometido com degradações nas relações sociais e com a natureza), e indicativo de outras, ainda que contraditórias, formas de se pensar e de se relacionar com o eu, com os outros, com a natureza.

Remetendo essa perspectiva “globalizante” da agroecologia à Comunidade Rincão dos Negros, pode-se afirmar, então, que mais do que as práticas diretamente vinculadas à produção agrícola, há um conjunto de manifestações comprometidas com a agroecologia, dentre as quais, certamente, são destacadas nas falas dos entrevistados a musicalidade, a dança, a relação com o sagrado (ainda que institucionalizada, de forma hegemônica, através da cultura católica).

É nesse sentido, portanto, que se pode pensar entrelaçamentos entre a agroecologia e a identidade sociocultural na Comunidade Quilombola Rincão dos Negros. A identidade sociocultural, construída socialmente, se define a partir de sentimentos de “unidade física”, de “continuidade dentro do tempo” e de “coerência”. Pois bem. As práticas agroecológicas afirmadas pelos quilombolas do Rincão dos Negros, através de processos de memorização, permitem afirmar que, através dessas práticas, é possível traçar um caminho (reflexivo) acerca do que é a Comunidade Quilombola Rincão dos Negros: uma comunidade que se define a partir da valorização de determinados saberes e práticas, com destaque aos saberes tradicionais aplicados na agricultura, às danças que remetem a um histórico de quem está vinculado à pessoas que foram escravizadas, às expressões religiosas que, afinal, indicam formas de se relacionar com o imanente e com o transcendente, sem que se perca o sentido de resistência de um povo que tem sua histórica marcada por discriminações, segregações, mas também por isso por lutas, por desejos e interesses direcionados ao reconhecimento, ao direito de ter direitos. Afinal, como enfatizou Joelita, referindo-se às lutas da Comunidade pela permanência de uma igreja identificada com as lutas da comunidade pela posse e permanência na terra, a chamada “Igreja dos Negros”: “queriam colocar a igreja dos negros no chão [...]. Mas não conseguiram acabar com nossa igreja. Nem com nossa história”.

## Considerações Finais

O campo da agroecologia tem assumido relevância e visibilidade na contemporaneidade, sustentando a crítica ao modelo hegemônico de sociedade e de desenvolvimento capitalista e defendendo mudanças para um outro paradigma de desenvolvimento sustentável. Essa mudança se expressa no esforço da “transição agroecológica”, que vem ajudando a ressignificar (a partir de outros marcadores teórico-conceituais e políticos) tanto o debate do “desenvolvimento rural”, quanto o próprio sentido de rural.

Tendo em vista o atual quadro de destruição ambiental e de problemas sociais, a partir da década de 1970 os resultados da aplicação das estratégias convencionais de desenvolvimento já começavam a se mostrar insuficientes para dar conta das crescentes condições de desigualdades e de exclusão social. A sustentabilidade do planeta está em risco e tende a se agravar com o passar dos anos. Reconhecer, valorizar e dar visibilidade às experiências sustentáveis pode significar um passo à frente na responsabilidade com a atual geração, mas especialmente com as gerações futuras.

Pensar a agroecologia a partir de uma perspectiva pós-abissal é urgente. Diante disso, cabe questionar: quais projetos de desenvolvimento são defendidos pelos movimentos e organizações que se dizem agroecológicos? Estes movimentos e organizações, para além do capitalismo, consideram o patriarcalismo e o colonialismo como formas de opressão? Se sim, como ou de que forma isso está presente?

O estudo da formação sociocultural dos quilombos é de fundamental importância para compreender como ocorreu o desenvolvimento das regiões, levando em consideração as relações imbricadas e interespecíficas características destas comunidades. Os territórios quilombolas são tingidos internamente, especificando e caracterizando as memórias individuais e sociais; mas, também, as lutas, os embates, as resistências presentes em suas histórias. Cada comunidade tem suas forças endógenas, sua cultura, modos de ser e de estar, relação com a terra e com os recursos naturais, interrelações marcadas por diferentes formas de sociabilidade. Constituindo formas específicas que definem os locais, mas também as regiões. É nessa direção que se enfrentou o desafio da construção conjunta e, portanto, com a participação efetiva das pessoas da Comunidade Quilombola Rincão dos Negros. Desafio de construção de estratégias de construção do conhecimento que valorizaram as já formas existentes na Comunidade.

Como indicado no texto, as práticas agroecológicas desenvolvidas na Comunidade Quilombola Rincão dos Negros precisam ser inseridas no histórico da Comunidade, que se faz presente nos seus modos de organização da vida e de

significação de suas próprias experiências. A partir dessa perspectiva histórica, em que pese as contradições que estão presentes e vinculadas às próprias lutas pela existência da Comunidade, é possível perceber a agroecologia como um mecanismo ativador da memória social que, ao mesmo tempo, tece elementos da constituição da identidade comunitária. Sempre se praticou agroecologia na Comunidade, como seus moradores registram, e essas práticas remetem aos seus modos de produção, de trabalho, de cuidado uns com os outros, com as expressões religiosas, com o modo mesmo da Comunidade se colocar na relação consigo e com os seus entornos.

Com o objetivo de assegurar um desenvolvimento independente e duradouro nas áreas rurais muito tem que ser feito no futuro. Um desenvolvimento projetado e planejado é fundamental para o crescimento com sucesso da agroecologia. Isto inclui não somente colaboração na produção, marketing e lobby político, mas também cooperação na pesquisa. A experiência analisada neste artigo representa uma dentre tantas que se multiplicam no Brasil e no mundo, e que podem servir de referência para ampliar quantitativamente e qualitativamente as experiências concretas de produção com base nos princípios da agroecologia.

#### **Referências:**

ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 24, p. 157-182, 1994.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ARAÚJO, Carla Graziela. **O sentido produzido sobre a agroecologia pelas mulheres**: vivências e existências em Arroio Grande (Tese doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, RS, 2022.

AZEVEDO, Rodrigo. Sucessão ecológica, entropia e o modelo autonomia-heteronomia para análise dos sistemas agrícolas. **REDES**, Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul v 22 n2 maio-agosto, 2017

BALEM, Tatiana Aparecida; SILVEIRA, Paulo Roberto. **Agroecologia**: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. Santa Maria: UFSM, v. 200, 2002.

BORBA, Caroline dos Anjos de. **Territorialidade quilombola**: o direito étnico sobre a terra na comunidade Rincão dos Martimianos (RS). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 70-85, jul./set. 2002.

\_\_\_\_\_. **A Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional, **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 227-249, mai./ago. 2017.

FIDELIS, Lourival; BERGAMASCO, Sonia. Quilombos e Agroecologia: a agricultura tradicional como estratégia de resistência da Comunidade Quilombola João Surá. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n. 18, ano 10, p. 112-141, nov. 2013.

FIDELIS, Lourival. **Agricultura tradicional e agroecologia na comunidade quilombola João Surá no município de Adrianópolis – PR**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, 2011. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola).

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Sobre as perspectivas teóricas-metodológicas da agroecologia. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 13-30, mai./ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

JACOB, Luciana. Agroecologia. **Dicionário Alice**. Coimbra-Portugal: Centro de Estudos Sociais, 2019. Disponível em: [https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id\\_lin9gua=1&entry=2443](https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lin9gua=1&entry=2443)

LOPES NETO, Antônio Augusto et. al. **Caderneta Agroecológica: Empoderando Mulheres, Fortalecendo a Agroecologia**. In: <http://aspta.org.br/article/caderneta-agroecologica-empoderando-mulheres-fortalecendo-a-agroecologia/>. Consulta em: 22 dez. 2019.

MOLINA, M; GARCIA, D; CASADO, G. Politizando el consumo alimentario: estrategias para avanzar em la transición agroecologica. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, mai./ago., 2017.

NAVAS, Rafael et al. Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: avaliação a partir do conceito de território. VII Seminário internacional dinâmica territorial e desenvolvimento socioambiental. **Anais...** Universidade Católica de Salvador, 26-28 agosto 2015.

QUADROS, Alessandra. **Memória Social, Agroecologia e Comunidades Quilombolas: uma análise a partir da experiência do Quilombo Rincão dos Negros – Rio Pardo/RS.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2022. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional).

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez. 2009.

\_\_\_\_\_. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 23-47, Coimbra: Almedina, 2007.

Sobre os autores:

#### **Erica Karnopp**

Docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e do PPG em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Doutora em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha); Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: erica@unisc.br

#### **Alessandra de Quadros**

Doutoranda em Tecnologia Ambiental no PPG em Tecnologia Ambiental e Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: alequadros@gmail.com

#### **Marco André Cadoná**

Docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e do PPG em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Santa Catarina – UFSC; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: marco14cadona@hotmail.com